

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Vida S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
 A MAPFRE Vida S.A. atua no segmento de seguros de pessoas, com concentração em seguros coletivos e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.
 Em 06 de fevereiro de 2018 foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.
Prêmios emitidos
 No exercício, a Seguradora apresentou R\$ 760,3 milhões de prêmios emitidos, que representam um incremento de 0,6% sobre o ano anterior. A carteira de vida cresceu 3,8% e a carteira de DPVAT apresentou decréscimo de 37,3%, devido à redução na tarifa efetuada pela Seguradora Líder.
Despesas administrativas
 No exercício de 2017, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 10,2%, com aumento de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior.

O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela Seguradora, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.
Desempenho financeiro
 O resultado financeiro totalizou R\$ 63,8 milhões com redução de 15,3% em relação ao ano anterior. Em dezembro de 2017 houve a venda das ações do IRB, com impacto no resultado de R\$ 1,7 milhões.
Índice combinado
 O índice combinado no exercício de 2017 foi de 97,5%, aumento de 7,5 p.p. em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2017 foi de 90,0%, aumento de 8,2 p.p. em relação ao ano anterior.
Lucro líquido e por ação
 A Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 35,0 milhões, redução de 62,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 0,91 em 2017 e R\$ 2,44 em 2016.
Investimentos e novos negócios
 A Seguradora fez investimentos, no montante de R\$ 9,0 milhões no exercício de 2017, destinados a equipamentos e sistemas de informática, móveis, veículos e outros ativos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante		913.825	688.586
Disponível		574	1.996
Caixa e bancos	5	574	1.996
Equivalente de caixa	5	1.481	7.406
Aplicações	6	731.870	457.132
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	114.637	157.503
Prêmios a receber	7a	88.009	94.053
Operações com seguradoras	8a	15.729	24.915
Operações com resseguradoras	9a	10.899	38.535
Outros créditos operacionais	5	5.414	7.307
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	6.394	10.577
Títulos e créditos a receber	10	37.360	31.775
Títulos e créditos a receber	10	5.648	3.075
Créditos tributários e previdenciários	24b	29.144	26.808
Outros créditos		2.568	1.892
Outros valores e bens	87	226	226
Outros valores		87	226
Despesas antecipadas	17	5.246	3.781
Custos de aquisição diferidos	17	10.762	10.883
Seguros		10.762	10.883
Ativo não circulante	342.831	585.479	4.139
Realizável a longo prazo	6	301.447	543.333
Aplicações	9a	89.921	309.428
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	60	137
Títulos e créditos a receber	21a	210.338	232.705
Créditos tributários e previdenciários	24b	196.248	218.926
Depósitos judiciais e fiscais	21a	14.090	13.296
Outros créditos		-	483
Custos de aquisição diferidos	17	1.128	1.063
Seguros		1.128	1.063
Investimentos		3.887	4.139
Participações societárias		245	420
Imóveis destinados à renda		3.632	3.709
Outros investimentos		10	10
Imobilizado	11	2.178	3.714
Bens móveis		1.341	1.576
Outras imobilizações		837	2.138
Intangível	12	35.319	34.293
Outros intangíveis		35.319	34.293
Total de ativo		1.256.656	1.274.065

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante		544.200	539.010
Contas a pagar		39.260	30.495
Obrigações a pagar	13	33.275	13.233
Impostos e encargos sociais a recolher		1.433	6.980
Encargos trabalhistas		1.379	3.523
Impostos e contribuições	14	2.924	4.501
Outras contas a pagar		249	2.258
Débitos de operações com seguros e resseguros		50.529	63.275
Prêmios a restituir		3.603	3.575
Operações com seguradoras	8b	8.191	14.833
Operações com resseguradoras	9b	5.543	15.420
Corretores de seguros e resseguros	15	29.304	26.346
Outros débitos operacionais		3.888	3.101
Depósitos de terceiros	16	12.548	22.920
Provisões técnicas - seguros	17	441.683	422.320
Danos		89.409	84.393
Pessoas		294.799	282.312
Vida individual		57.475	55.615
Passivo não circulante		267.600	246.901
Contas a pagar		493	1.402
Tributos diferidos	24b	493	1.402
Provisões técnicas - seguros	17	240.820	230.312
Danos		14.012	16.466
Pessoas		209.598	196.435
Vida individual		17.210	17.411
Outros débitos		26.287	15.187
Provisões judiciais	21	26.287	15.187
Patrimônio líquido	22	445.036	488.154
Capital social		439.766	439.766
Redução de capital (em aprovação)		(24.600)	-
Reservas de lucros		29.266	46.673
Ajuste de títulos e valores mobiliários		604	1.715
Total de passivo e patrimônio líquido		1.256.656	1.274.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

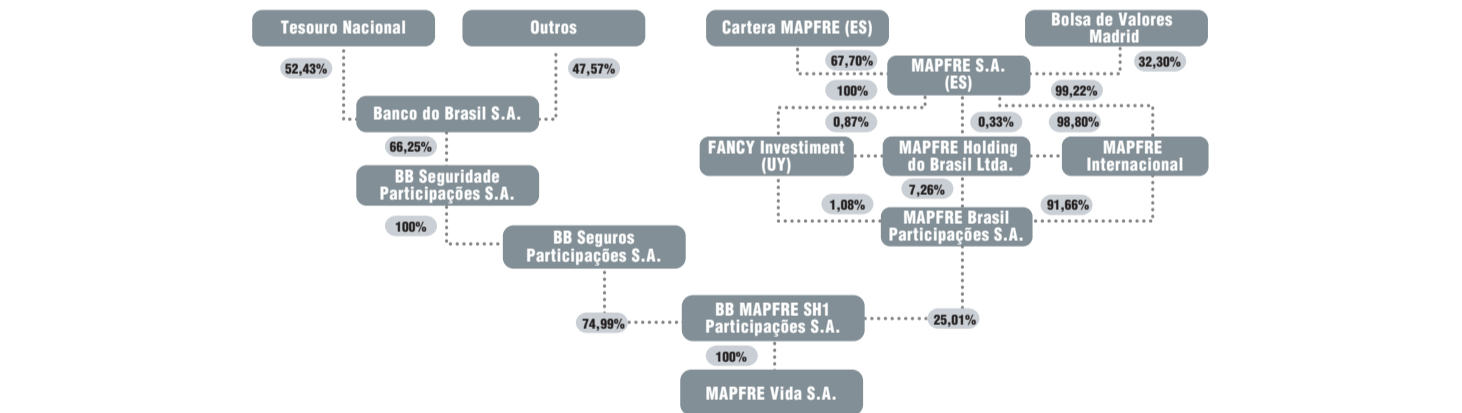
	Capital social	Redução de capital (em aprovação)	Reservas de capital (Doações e subvenções)	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros (Reserva de investimentos)	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	468.766	-	112	2.406	7.790	5.299	(3.960)	-	480.413
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	5.675	-	5.675
Redução de capital - Portaria SUSEP nº 131 de 19 de outubro de 2016	(29.000)	-	-	-	-	-	-	-	(29.000)
Redução da reserva de capital - Portaria SUSEP nº 131 de 19 de outubro de 2016	-	-	(112)	(2.406)	-	-	-	-	(2.518)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016	-	-	-	-	-	(5.299)	-	-	(5.299)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	93.284	93.284
Distribuição do resultado:									
Reserva legal	-	-	-	-	4.664	-	-	(4.664)	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(5.501)	(5.501)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(23.500)	(23.500)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(25.400)	(25.400)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	34.219	1.715	(34.219)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	439.766	-	-	-	12.454	34.219	1.715	-	488.154
Títulos e valores mobiliários									
Redução de capital em aprovação - AGE de 15 de setembro de 2017 (nota explicativa nº 27a)	-	(24.600)	-	-	-	-	(1.111)	-	(26.711)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017	-	-	-	-	-	(28.400)	-	-	(28.400)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	-	-	-	-	-	(5.819)	-	-	(5.819)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	34.993	34.993
Distribuição do resultado:									
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	-	-	-	-	-	-	-	(5.381)	(5.381)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	-	-	-	-	-	(8.400)	(8.400)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	-	-	-	-	-	-	-	(4.400)	(4.400)
Reserva legal	-	-	-	-	1.749	-	-	(1.749)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	15.063	-	(15.063)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	439.766	(24.600)	-	-	14.203	15.063	604	-	445.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em atividades de seguros de pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29ª andar e cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 26. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2018.
b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional: As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real.
c) Continuidade: A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.
d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3j, 3l, 18 e 20 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Notas 3q e 23j - Arrendamento e determinação se um contrato contém um arrendamento; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 7 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); • Nota 21 - Provisões judiciais; e • Nota 24b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, substitui a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e não esperamos impactos no GRUPO em virtude dos nossos contratos serem de seguros. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e quando referendado pela SUSEP. A IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021 e quando referendado pela SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado os CPC's 47 e 48. As IFRS 16 e 17 ainda não foram referendadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis localmente.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* São classificados nesta categoria os ativos

financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **c) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequentemente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros e resseguros:* A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, sobre os prêmios a receber diretos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, remuneração de agência, coseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNG) e Custos de Aquisição Diferidos (DCD), para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução corresponderá à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor. Em 2017, a redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitores em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando os prazos divulgados na nota explicativa nº 11. **e) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 12. **f) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **g) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou futuras, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da

Distribuição de dividendos
 No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 52,4 milhões de forma divididos e de juros sobre o capital próprio, nos valores de R\$ 36,8 milhões e R\$ 15,6 milhões, respectivamente, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 15 de fevereiro, 08 de maio, 02 de junho e 04 de julho de 2017. Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Vida S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneras e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.
Agradecimentos
 Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

puer ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos de seguros. **o) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições regularizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **q) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **s) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **Risco de desobediência;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado como o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. Os gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações, análises e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus requisitos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de ser os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que gerimentos avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro	
	2017	2017	2017	2017
Centro Oeste	188.015	26%	188.015	26%
Nordeste	3.811	1%	3.811	1%
Sudeste	448.078	61%	442.971	61%
Sul	84.516	12%	84.064	12%
Total	724.420	100%	718.861	100%
Região geográfica	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro	
	2016	2016	2016	2016
Centro Oeste	165.665	24%	165.664	24%
Nordeste	19.167	3%	19.167	3%
Norte	4.817	1%	4.817	1%
Sudeste	452.257	65%	446.338	65%
Sul	49.759	7%	48.023	7%
Total	691.665	100%	684.009	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT no montante de R\$ (1.031) e R\$ 36.931 (R\$ 5.003 e R\$ 58.881 em 31 de dezembro de 2016).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** i. Provisão de IBNR: simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade		Impacto no resultado/ Patrimônio líquido (bruto de impostos)	
	2017	2017	2017	2017
a. IBNR	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	4.765	(2.165)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(21.815)	(21.815)

Risco de crédito: É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, por meio dos seguintes fatos: **Riscos decorrentes de inadimplência,** por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; **Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título;** e **Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.** **Exposição ao risco de crédito de seguro:** Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e da admitida MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating	Local		Admitida		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
A	1.848	2.030	3.878	6.602	351	6.953
A-	1.681	-	1.681	703	-	703
Total	3.529	2.030	5.559	7.305	351	7.656

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, AM Best e Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com exceções. No caso de rebaixaamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição.

Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ativos financeiros - Rating	2017			2016		
	AAA	AA+	AA	AA-	S/Rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	-	-	-	792.683	-	792.683
Debêntures	5.068	-	2.878	5.675	-	9.260
Letras financeiras	480	-	10.715	-	-	11.195
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	9.033
Total	5.548	-	13.593	802.650	-	821.791

Ativos financeiros - Rating	2016			2015		
	AAA	AA+	AA	AA-	S/Rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	-	-	748.680	-	-	748.680
Debêntures	-	5.040	6.559	1.005	-	12.604
Letras financeiras	2.582	-	2.582	-	-	5.164
Outras aplicações	-	-	-	-	-	112
Total	2.582	5.040	757.821	1.005	-	766.560

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 212.935 (R\$ 155.582 em 31 de dezembro de 2016) com lastro em títulos públicos.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	Até 1 ano		De 1 a 5 anos		Acima de 5 anos		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Disponível	574	-	-	-	-	-	574
Equivalente de caixa	1.481	-	-	-	-	-	1.481
Aplicações (*)	246.567	399.635	72.100	718.302	-	-	718.302
Créditos das operações de seguros e resseguros	114.637	-	-	-	-	-	114.637
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	2.826	2.917	711	6.454	-	-	6.454
Outros créditos operacionais	5.414	-	-	-	-	-	5.414
Títulos e créditos a receber (**)	8.216	-	-	-	-	-	8.216
Outros valores e bens	87	-	-	-	-	-	87
Despesas antecipadas	5.246	-	-	-	-	-	5.246
Custos de aquisição diferidos	10.762	1.128	-	-	-	-	11.890
Total do ativo	395.810	403.680	72.811	872.301	-	-	872.301
Provisões técnicas (**/****)	261.081	259.810	58.191	579.082	-	-	579.082
Contas a pagar	39.260	493	-	-	-	-	39.753
Débitos das operações com seguros e resseguros	50.529	-	-	-	-	-	50.529
Depósitos de terceiros	12.548	-	-	-	-	-	12.548
Total do passivo	363.418	260.303	58.191	681.912	-	-	681.912

	Até 1 ano		De 1 a 5 anos		Acima de 5 anos		Total
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Disponível	1.996	-	-	-	-	-	1.996
Equivalente de caixa	7.406	-	-	-	-	-	7.406
Aplicações (*)	185.446	407.682	72.550	665.678	-	-	665.678
Créditos das operações de seguros e resseguros	157.503	-	-	-	-	-	157.503
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	5.381	4.125	1.208	10.714	-	-	10.714
Outros créditos operacionais	7.307	-	-	-	-	-	7.307
Títulos e créditos a receber (**)	4.968	483	-	-	-	-	5.451
Outros valores e bens	226	-	-	-	-	-	226
Despesas antecipadas	3.781	-	-	-	-	-	3.781
Custos de aquisição diferidos	10.983	1.063	-	-	-	-	11.946
Total do ativo	384.897	413.353	73.758	872.008	-	-	872.008
Provisões técnicas (**/****)	283.134	212.603	56.035	551.772	-	-	551.772
Contas a pagar	30.495	1.402	-	-	-	-	31.897
Débitos das operações com seguros e resseguros	63.275	-	-	-	-	-	63.275
Depósitos de terceiros	22.920	-	-	-	-	-	22.920
Total do passivo	399.824	214.005	56.035	669.864	-	-	669.864

(*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor de R\$ 103.489 (R\$ 100.882 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 103.421 (R\$ 100.860 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente, não foram classificados no quadro acima por não estar sob a gestão da Administração. (***) Os depósitos judiciais e fiscais e as provisões judiciais, nos montantes de R\$ 14.090 (R\$ 13.296 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 26.287 (R\$ 15.187 em 31 de dezembro de 2016), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 225.392 (R\$ 245.734 em 31 de dezembro de 2016) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é otimizar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo garantir o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de distribuição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de Value at Risk (VaR) e Macaulay Duration. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

Fundo	2017		2016
	VaR	Patrimônio	
Liquidez	12	1.347.856	574
Rentabilidade	1	53.708	1.481

A metodologia de Macaulay Duration é aplicada às Carteiras de ALM (Asset & Liability Management) da Seguradora.

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Hierarquia a valor justo			Sem vencimento	Ativos			Ganho/perda não realizada	2017	2016	%	
	Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)		Valor contábil (D) (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G) (G = F)					
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	221.851	381.813	-	103.432	707.096	707.096	707.096	-	707.096	86%	427.266	56%
Fundos de investimentos	221.851	381.813	-	103.432	707.096	707.096	707.096	-	707.096	100%	427.266	100%
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	1	-	-	103								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

	2017	2016		2017	2016
a) Ativo					
Recuperação de sinistros de resseguros	9.736	38.086	Equipamentos	20%	1.077
Outros	1.163	449	Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.277
Total	10.899	38.535	Veículos	20%	3.618
			Outras imobilizações	10% a 20%	3.16
			Total		6.228
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	5.798	10.045			
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	557	518			
Provisão de eventos ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR	2	15			
Provisão de despesas relacionadas - PDR	6.454	10.714			
b) Passivo					
Prêmios cedidos em resseguro	2017	2016			
Outros	5.543	9.328			
Total	5.543	15.402			
c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos					

Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*) (nota 23b)	Resseguro cedido (nota 23f)	Retenção 99%
Pessoas	724.420	5.559	99%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT no montante de R\$ (1.031) e R\$ 36.931 (R\$ 5.003 e R\$ 58.881 em 31 de dezembro de 2016).

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

É composto, substancialmente, pelo saldo de compartilhamento de despesas R\$ 1.444 (R\$ 1.623 em 31 de dezembro de 2016) e títulos de capitalização no valor de R\$ 1.170 (R\$ 535 em 31 de dezembro de 2016).

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2017
Equipamentos	20%	283	7	—	(51)	239
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.052	—	—	(169)	883
Veículos	20%	241	78	—	(100)	219
Outras imobilizações	10% a 20%	2.138	—	—	(1.301)	837
Total		3.714	85	—	(1.621)	2.178

17. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2017	2016
Provisões técnicas - seguros		
Saldo inicial	52.675	404.796
Constituições	91.731	—
Diferimento pelo risco decorrido	(95.935)	—
Aviso de sinistros	—	701.703
Pagamento de sinistros	—	(363.952)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	(317.185)
Atualização monetária e juros	—	5.293
Reversões	—	—
Saldo final	48.471	430.655
Provisões técnicas - resseguros		
Saldo inicial	10.045	137
Constituições	—	518
Diferimento pelo risco decorrido	(94.191)	—
Aviso de sinistros	—	612.913
Pagamento de sinistros	—	(351.923)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	(222.599)
Atualização monetária e juros	—	14.135
Reversões	—	—
Saldo final	5.798	97

	2017	2016
Provisões técnicas - resseguros		
Saldo inicial	180.900	334
Total pago	(10.755)	(597)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas	8.328	—
Quantidade de ações pagas	289	128
Novas constituições no exercício	24.143	24.957
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	6.298	—
Novas constituições referentes a citações do exercício corrente	14.988	—
Novas constituições referentes a citações de exercícios anteriores	9.155	5.290
Baixa da provisão por extinto	(17.463)	(11.660)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	9.653	(334)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	5.345	—
Saldo final	191.823	180.900

(*) Inclui o montante de R\$ 191.823 referente à provisão de sinistro judicial (R\$ 180.900 em 31 de dezembro de 2016).

	2017	2016
Custo de aquisição diferido		
Saldo no início do exercício	11.946	12.519
Constituições/reversões	(56)	(573)
Saldo no final do exercício	11.890	11.946

18. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros no ato de encerramento das demonstrações financeiras individuais. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido do cosseguro e resseguro cedido (não estão incluídas as operações do Consórcio DPVAT).

	2017	2016					
Bruto de resseguro							
Montante estimado para os sinistros	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	2.900.350	331.799	380.724	340.501	391.193	407.985	407.985
Um ano após o aviso	2.885.402	323.014	377.222	334.737	395.737	395.737	395.737
Dois anos após o aviso	2.906.010	327.016	378.088	346.043	—	—	346.043
Três anos após o aviso	2.925.280	328.478	388.967	—	—	—	388.967
Quatro anos após o aviso	2.943.111	333.353	—	—	—	—	333.353
Cinco anos ou mais após o aviso	2.974.610	—	—	—	—	—	2.974.610
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2017	2.974.610	333.353	388.967	346.043	395.737	407.985	4.846.695
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	2.906.644	302.348	306.889	289.493	336.574	288.944	4.430.892
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	67.966	31.005	82.078	56.550	59.163	119.041	415.803
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	—	—	—	—	—	—	109.433
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)	—	—	—	—	—	—	525.236
Retrocessão	—	—	—	—	—	—	103.421
Provisões DPVAT	—	—	—	—	—	—	101
Retrocessão	—	—	—	—	—	—	628.758
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	—	—	—	—	—	—	1.238.216

	2017	2016					
Montante de sinistros pagos							
No ano do aviso	2.317.751	243.258	247.670	240.056	286.837	288.944	288.944
Um ano após o aviso	2.651.571	284.579	298.264	279.672	322.554	—	322.554
Dois anos após o aviso	2.707.710	290.120	302.578	285.284	—	—	285.284
Três anos após o aviso	2.750.147	290.333	304.664	—	—	—	304.664
Quatro anos após o aviso	2.783.678	289.793	—	—	—	—	289.793
Cinco anos ou mais após o aviso	2.818.521	—	—	—	—	—	2.818.521
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	2.818.521	289.793	304.664	285.284	322.554	288.944	4.309.672
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	111.006	26.930	71.155	48.509	49.986	102.417	410.003
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	—	—	—	—	—	—	108.779
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)	—	—	—	—	—	—	518.782
Provisões DPVAT	—	—	—	—	—	—	103.421
Retrocessão	—	—	—	—	—	—	101
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	—	—	—	—	—	—	622.304

	2017	2016					
Montante de sinistros pagos							
No ano do aviso	2.317.751	243.258	247.670	240.056	286.837	288.944	288.944
Um ano após o aviso	2.651.571	284.579	298.264	279.672	322.554	—	322.554
Dois anos após o aviso	2.707.710	290.120	302.578	285.284	—	—	285.284
Três anos após o aviso	2.750.147	290.333	304.664	—	—	—	304.664
Quatro anos após o aviso	2.783.678	289.793	—	—	—	—	289.793
Cinco anos ou mais após o aviso	2.818.521	—	—	—	—	—	2.818.521
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	2.818.521	289.793	304.664	285.284	322.554	288.944	4.309.672
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	111.006	26.930	71.155	48.509	49.986	102.417	410.003
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	—	—	—	—	—	—	108.779
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)	—	—	—	—	—	—	518.782
Provisões DPVAT	—	—	—	—	—	—	103.421
Retrocessão	—	—	—	—	—	—	101
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	—	—	—	—	—	—	622.304

19. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2017	2016
Provisões técnicas	682.503	652.632
Parcela correspondente a resseguros contratados	(6.454)	(10.714)
DPVAT	(103.421)	(100.860)
Total a ser coberto	572.628	541.058
Quotas e fundos de investimentos	603.041	327.145
Títulos de renda fixa - públicos	85.587	320.653
Títulos de renda fixa - privados	29.108	17.768
Imovéis	—	3.709
Bens oferecidos em cobertura	717.736	669.275
Ativos livres	145.108	128.217

20. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

	2017	2016
a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda		
Provável	5.046	191.823
Total	5.046	191.823

	2017	2016		
b) Composição das ações por ano				
Ano de abertura	Quantidade	PSL judicial (*)	Quantidade	PSL judicial (*)
de 1993 a 2000	13	312	83	2.635
de 2001 a 2005	344	19.502	517	24.758
de 2006 a 2010	1.123	48.144	1.269	47.377
de 2011 a 2015	2.115	83.585	2.250	79.592
de 2016 a 2017	1.451	40.280	715	26.204
Total	5.046	191.823	4.834	180.566

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros. O prazo médio para pagamento de sinistros judiciais é de 52 meses.

	Taxa anual	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2016
Equipamentos	20%	1.077	46	(781)	(59)	283
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.277	—	(7)	(158)	1.052
Veículos	20%	3.618	72	(53)	(94)	241
Outras imobilizações	10% a 20%	3.16	3	(35)	(1.448)	138
Total		6.228	121	(876)	(1.759)	3.714

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual	Saldo em 2016	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo em 2017
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	34.293	8.019	(9)	(6.984)	35.319

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Taxa anual	Saldo em 2015	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo em 2016
Desenvolvimento de sistemas	20%	21.774	19.909	(17)	(7.373)	34.293

	2017	2016
Fornecedores	3.816	1.173
Participação nos lucros	2.212	4.540
Compartilhamento de despesas (Nota explicativa nº 26a)	2.075	3.007
Previdência privada (Nota explicativa nº 26a)	8	1
Outras contas a pagar (*)	25.164	4.512
Total	33.275	13.235

(*) Inclui o valor de R\$ 24.600 referente a redução de capital (em aprovação) a pagar.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2017	2016
Imposto de renda	10.140	17.766
Antecipação imposto de renda	(9.358)	(16.602)
Contribuição social	8.398	14.918
Antecipação contribuição social	(7.655)	(12.343)
COFINS	1.204	655
PIS	195	107
Total	2.924	4.501

15. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações da Seguradora.

d) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compens

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

A Seguradora mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

a) Sumário das transações com partes relacionadas

	2017	2016
Ativo circulante		
Bancos	38	155
Banco do Brasil S.A.	Coligada	38 155
Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador	3.479	38.120
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	Coligada	- 31.780
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	2.757 6.340
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	722 -
Provisões técnicas de ativos de resseguro	-	10.390
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	Coligada	- 10.390
Títulos e créditos a receber - Compartilhamento	1.444	1.622
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	6 83
Brasileiros Companhia de Seguros (*)	Coligada	106 (267)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	1.332 389
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	- 1.417
Títulos e créditos a receber - Outros	-	535
MAPFRE Capitalização S.A.	Coligada	- 535
Total do ativo	4.961	50.822
Passivo circulante		
Obrigações a pagar - Compartilhamento	2.075	3.007
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	- 23
Brasileiros Companhia de Seguros (*)	Coligada	- (7)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	- 1.487
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	2.075 1.504
Obrigações a pagar - Outras	552	67
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada	- 67
MAPFRE Capitalização S.A.	Coligada	552 -
Prêmios de resseguro cedido	4.632	9.742
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	Coligada	- 661
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	2.945 9.081
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	1.687 -
Total do passivo	7.259	12.816

Resultado

	2017	2016
Prêmios diretos	-	38
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	- 38
Prêmios de resseguro cedido	(3.911)	(7.619)
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	Coligada	- (3.829)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	(1.982) (3.790)
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	(1.929) -
Sinistros ocorridos	(7.328)	(4.442)
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada	(7.598) (4.442)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos	Coligada	270 -
Recuperação de sinistros ocorridos	4.683	3.789
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	Coligada	- 3.789
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	2.680 -
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	2.003 -
Outras receitas e despesas operacionais - RVR Resseguro	(1.440)	-
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	- -
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	(1.204) -
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	(236) -
Outras receitas e despesas operacionais - Outros	(28.099)	(2.387)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	(10) -
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada	(3) -
Prevsauê Comercial de Produtos e Benefícios de Farmácia Ltda.	Coligada	(29) (15)
MAPFRE Capitalização S.A.	Coligada	(2.783) (2.372)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	(25.274) -
Despesas administrativas - Compartilhamento	29.184	(7.148)
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	(540) 1.327
Brasileiros Companhia de Seguros (*)	Coligada	(275) 2.642
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	(19.378) 14.995
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	49.377 (26.112)
Despesas administrativas - Pessoal	(3.572)	(1.180)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	(27) (52)
MAPFRE Saúde LTDA.	Coligada	(3.312) (1.045)
MAPFRE Previdência S.A.	Coligada	(233) (83)
Despesas financeiras - Taxa de administração	(2.667)	(353)
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Coligada	(2.667) (353)
Total do resultado	(13.150)	(19.303)

(*) Refere-se a compartilhamento de despesas das empresas do GRUPO. (**) As ações do IRB Brasil Resseguros S.A. foram vendidas no segundo semestre de 2017, deixando assim de ser considerada como parte relacionada.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R\$ 1.377 (R\$ 793 em 31 de dezembro de 2016). **c) Compartilhamento de despesas:** As despesas administrativas das empresas operacionais do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propagação e marketing).

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A., nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, tendo alcance sobre a Seguradora. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais da empresa líder. **b) Assuntos regulamentares:** Em decorrência do monitoramento regular de fiscalização efetuado pela SUSEP, a Seguradora foi questionada, sobre a redução ao valor recuperável de prêmios a receber, para a qual utilizava de estudo técnico elaborado em conformidade com a norma aplicável, o qual dava embasamento aos procedimentos e julgamentos adotados pela Administração. A partir de 2016 a Seguradora abstve-se da utilização do referido estudo técnico, aplicável aos prêmios a receber, e passou a adotar os critérios determinados pelo do artigo 168 e pelo parágrafo único do artigo 169 da Circular SUSEP nº 517/2015 (alterada pela Circular SUSEP nº 544/2016) para todos os ativos sujeitos a redução ao valor recuperável.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 06 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante que visa estabelecer as premissas para celebração dos Acordos Definitivos que regularão a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE e a parceria entre os acionistas, que resultará na seguinte configuração:

- i. carteiras exploradas em conjunto pelos acionistas Grupo BB Seguridade e Grupo MAPFRE ("Futuro GRUPO BB e MAPFRE"): • canal bancário do BB: vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, penhor rural, residencial, empresarial, massificados e DPVAT; e • canal affinity: as carteiras mencionadas acima também poderão ser exploradas pelo Futuro GRUPO BB e MAPFRE por meio do canal affinity, desde que previamente acordado entre o Grupo BB Seguridade e o Grupo MAPFRE, exceto quando o canal affinity em questão for de uma sociedade coligada do BB ("Coligadas BB"), hipótese essa que dispensará a aprovação prévia;
- ii. carteiras exploradas pelas sociedades do Grupo MAPFRE: • canal corretor e affinity: vida, prestamista, agrícola, auto, grandes riscos, residencial, empresarial e DPVAT; e • canal bancário do BB e Coligadas BB: auto e grandes riscos. O Grupo MAPFRE permanecerá com exclusividade para a comercialização dos seguros de automóvel e de grandes riscos no canal bancário do BB, em condições a serem definidas.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Vida S.A.**, São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção de acordo com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do

julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Vida S.A.. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Sinistros e Prêmios, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Seguradora um plano de ação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I
MAPFRE VIDA S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2017
Total de provisões técnicas	682.503
Total de provisões técnicas auditadas(*)	579.082
Total de ativos de resseguro	6.454
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	
Provisões Técnicas auditadas (a)	579.082
Valores redutores auditados (b)	6.454
Total a ser coberto (a-b)	572.628
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	156.137
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	156.137
4. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	257.093
Exigência de Capital (CMR) (b)	156.137
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	100.956
Ativos Garantidores (d)	717.736
Total a ser Coberto (e)	572.628
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	145.108
Ativos Líquidos (g)	145.108
Capital de Risco (CR) (h)	156.137
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	93%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
0929	25
0969,0984,1391	1.413
0977, 0982	1.993
0980	2.392
0990	1.500
0993	2.791
1381	1.595

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Vida S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3

DIRETORIA

Luis Gutiérrez Mateo
Diretor Presidente
Fernando Barbosa
Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino
Camillo Buzzi
Carlos Alberto Landim

Enrique De La Torre Velasco
Leonardo Giuberti Mattedi
Luis Felipe Lebert Cozac

Maurício Galian
Raphael de Luca Júnior
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP 183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031